



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**ATA**

**124ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**CNPS**

30 de agosto de 2006  
Brasília - DF

1 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**  
2 **ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
3 **NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS**  
4

5 **DATA:** 30 de agosto de 2006.

6 **LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

7  
8 **I – PRESENCAS**  
9

10 **Representação do Governo**

11 MPS – Nelson Machado

12 MPS – Helmut Schwarzer

13 MPS – João Donadon

14 MPS – Leonardo André Paixão

15 INSS – Benedito Adalberto Brunca

16 INSS – Valdir Moysés Simão

17 MF – Paula Bicudo de Castro Magalhães

18 MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

19 MP – Guilherme Costa Delgado  
20

21 **Representação dos aposentados e pensionistas**

22 Sintap – Eptácio Luiz Epaminondas

23 Cobap – Josepha Theotônia de Britto

24 Cobap – Luiz Adalberto da Silva

25 Sindnap – Luiz Antonio Adriano da Silva  
26

27 **Representação dos trabalhadores em atividade**

28 Força Sindical – Ricardo Patah

29 CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis

30 SDS – Wagner José de Souza

31 Contag – Evandro José Morello  
32

33 **Representação dos empregadores**

34 CNF – Jorge Higashino

35 CNC – José Idemar Ribeiro

36 CNA – Rodolfo Tavares  
37  
38

39 **Convidados:**

40 MPS/Dataprev – Rodrigo Novais Coutinho

41 MPS/SPOA – Walter S. Emura

42 MPS/SPS – Jorceli P. Sousa

43 MPS – Maria do Carmo P. Magalhães

44 MPS – Eduardo Bessa

45 MPS – Lais Marzola

46 MPS – Luiz Janot

47 INSS – Guilherme F. Scandelai

48 INSS – Antonio Bacelar Ferreira

49 INSS – Eliane Lourenço S. Souza

50 CNTSS/CUT – Pedro Luís Totti

51 Sindprev-SC/Fenasps – Gláucia Bahia de Brito

52 CNTSS/CUT – Vera Lúcia Level

53 Bradesco – Lester Everton

54 ABBC – Renato Oliva  
55

56 **Ausências:**  
57 MPS – Carlos Eduardo Gabas  
58 SRP – Adélia Martins da Matta  
59 MF – Manoel Joaquim de Carvalho Filho  
60 Cobap – Josias Oliveira Melo  
61 Contag – Alessandra da Costa Lunas  
62 CGT – Carlos Alberto dos Reis  
63 CNI – Aurélio Marcio Nogueira  
64 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski  
65 CNT – Danielle Strohmeier Gomes

66  
67

## 68 **II – ABERTURA**

69 Presidindo a Mesa, o Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro de Estado da Previdência Social Nelson  
70 Machado abriu a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, pediu  
71 licença para se retirar, em função de compromisso anteriormente agendado,  
72 passando a presidência dos trabalhos para o Sr. Helmut Schwarzer.

73  
74

## 75 **III – EXPEDIENTE**

76

77 O Sr. Presidente submeteu à votação dos Conselheiros a Ata da 123<sup>a</sup> Reunião  
78 Ordinária, que sofreu retificações por parte do Conselheiro Jorge Higashino e foi  
79 aprovada.

80  
81

## 82 **IV – INFORMES**

83

84 O Sr. Presidente solicitou à Sr<sup>a</sup> Júnia Costa que prestasse um rápido informe sobre o  
85 encontro dos Conselhos da Previdência Social no Rio Grande do Sul, ocorrido na  
86 semana retrasada. A Sr<sup>a</sup> Júnia Costa informou que foi apresentada naquele Estado a  
87 atuação do Conselho e os assuntos que tem discutido, para informar os Conselhos de  
88 Previdência Social e incentivá-los a enviar propostas, tornando-os mais engajados em  
89 relação às questões da Previdência Social. O Sr. Presidente acrescentou que a Sr<sup>a</sup>  
90 Eliane, Gerente Regional da Região Sul, estava promovendo reuniões de capacitação  
91 dos Conselheiros Estaduais, o que não foi possível fazer em relação aos Conselheiros  
92 do CNPS por problemas de restrição orçamentária, mas deverá ser revisto no ano que  
93 vem. O Sr. Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas lembrou que não apenas o  
94 Conselho de Previdência Social de São Paulo estava parado, mas também o  
95 Conselho de Campinas não estaria realizando as suas reuniões, portanto seria  
96 necessário o enfoque sobre os Conselhos que se encontravam paralisados. O Sr.  
97 Presidente explicou que, no caso do Conselho de Previdência Social de São Paulo,  
98 depois que o Sr. Carlos Eduardo Gabas, que era Presidente daquele órgão, assumiu o  
99 cargo de Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, houve alguma falha  
100 e o Conselho foi prejudicado. E mencionou também o caso do Rio de Janeiro, cujo  
101 Conselho deixou de funcionar depois da reestruturação por que passaram as  
102 Superintendências da Previdência Social, com a criação das Gerências Executivas e  
103 Regionais. O Sr. Conselheiro Ricardo Patah informou que, em relação à demanda que  
104 apresentou na reunião em que o Sr. Leonardo Schettino fez a sua exposição sobre o  
105 PGA – Programa de Gestão do Atendimento, envolvendo a Agência Brás, onde mais  
106 de 40 sindicatos concentravam a sua atividade e se constatava uma imensa  
107 quantidade processos de pagamento de benefícios represados há mais de dois anos,  
108 houve uma reunião com a Sr<sup>a</sup> Elizeth, com a intenção de se iniciar um efetivo  
109 processo de resolução. Acrescentou que, no início deste ano, fizera um comentário

110 relativo à questão orçamentária, sugerindo a utilização da folha de pagamento da  
111 União para gerar recursos para a Previdência Social, e que, na oportunidade, não foi  
112 levado em consideração aquilo que havia mencionado. Porém, agora, o Sr.  
113 Conselheiro verificara que alguns jornais comentavam essa possibilidade e que,  
114 apesar de não ter sido valorizada a sua proposta, ela teria algum sentido. A Sr<sup>a</sup>  
115 Conselheira Lúcia Regina Reis comunicou ao Conselho que a CUT, a Força Sindical,  
116 a GCT, a CGTB e o SDS/CAT manifestaram o seu apoio à Medida Provisória nº 316,  
117 relativa à criação do Nexu Técnico Epidemiológico e do Fator Acidentário  
118 Previdenciário, que se encontrava no Congresso Nacional para ser votada, e criticou a  
119 ação de grupos de médicos peritos que tentavam propor emendas contrárias a tudo o  
120 que foi debatido no CNPS. Anunciou que pretendia encaminhar uma solicitação de  
121 audiência com o Presidente do INSS, para tratar deste assunto, porque temia que o  
122 resultado positivo que a Medida Provisória poderia produzir depois de aprovada fosse  
123 comprometido devido à iniciativa de algumas pessoas que poderiam ter interesses  
124 contrários. O Sr. Presidente garantiu ao Conselheiro Ricardo Patah que nenhum  
125 comentário seu fora menosprezado. Informou que o tema referente ao leilão da folha  
126 da Previdência Social e do Governo Federal estava sendo discutido no âmbito do  
127 Tesouro Nacional neste momento e que qualquer avanço seria trazido ao  
128 conhecimento do CNPS, uma vez que tanto o Conselho quanto a própria Previdência  
129 Social deveriam analisar o assunto, assegurando a cobertura da Previdência Social e  
130 de seus serviços nesse modelo que envolvia a folha de pagamentos. Explicou à  
131 Conselheira Lúcia Regina Reis que, na Medida Provisória nº 316, além da previsão do  
132 reajuste das aposentadorias em 5,01%, foram inseridas duas retificações ou  
133 complementações legislativas que a área técnica do Ministério da Previdência Social  
134 julgou necessárias para implementar o Nexu Técnico Epidemiológico e o Fator  
135 Acidentário. Naquele momento, o Ministério aguardava a análise, por parte da Casa  
136 Civil, do decreto que deverá ser publicado para regulamentar a operacionalização do  
137 Nexu Técnico Epidemiológico, prevendo um prazo para a sua operacionalização, o  
138 que permitirá à Diretoria de Benefícios do INSS e à Dataprev adequarem os seus  
139 sistemas. Acrescentou que o Fator Acidentário também deverá contar com um prazo  
140 nonagesimal, porque mudarão as alíquotas de contribuição das empresas, e  
141 assegurou que a metodologia a ser adotada em relação ao Seguro Acidente de  
142 Trabalho e ao Nexu Técnico Epidemiológico será exatamente a mesma que foi  
143 aprovada no CNPS, por meio de duas resoluções, em 2004 e em fevereiro deste ano.  
144 O Sr. Valdir Moysés Simão, Presidente do INSS, informou que, semana passada,  
145 recebeu a associação dos peritos médicos da Previdência Social, juntamente com o  
146 Diretor de Benefícios do INSS, Conselheiro Benedito Adalberto Brunca, para  
147 conversar sobre a Medida Provisória nº 316, porque eles entendiam que, como havia  
148 uma disposição que permitia a presunção de incapacidade, se suprimia a atividade de  
149 perícia médica exercida no âmbito do INSS. Entretanto, segundo o Sr. Valdir, com a  
150 edição do decreto regulamentador aquela situação seria esclarecida. O Sr. Presidente  
151 agradeceu as manifestações dos Srs. Conselheiros e concedeu a palavra para o  
152 Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da  
153 Previdência Social, Sr. Walter Emura, para apresentar a proposta orçamentária para o  
154 ano de 2007.

155

156

## 157 **V – ORDEM DO DIA**

158

### 159 1 – Proposta Orçamentária da Previdência Social

160

161 O Sr. Walter Emura iniciou a sua apresentação agradecendo o convite do CNPS para  
162 participar desta reunião e expondo as novidades da proposta orçamentária para 2007,  
163 entre as quais: a transferência do orçamento da Secretaria de Receita Previdenciária,  
164 que atualmente se encontra no Ministério da Fazenda, para o Ministério da

165 Previdência Social; um grande acréscimo na administração direta em relação ao  
166 custeio, decorrente da transferência do orçamento da Receita Previdenciária; a  
167 recomposição de duas rubricas orçamentárias do INSS que, durante este ano,  
168 causaram uma grande dificuldade de gestão, devido à insuficiência de dotação  
169 orçamentária; e, em relação a pessoal, a reestruturação da carreira e a viabilidade de  
170 concursos. Ao apresentar o gráfico comparativo entre a Lei Orçamentária Anual de  
171 2006 e a proposta orçamentária para 2007, o Sr. Walter Emura chamou a atenção  
172 para o aumento de 14% nas receitas obrigatórias previstas na LOA e, nas  
173 discricionárias, especialmente nas rubricas relativas à Dataprev e ao funcionamento  
174 das unidades descentralizadas, para o acréscimo de 35%. Demonstrando o  
175 comparativo por unidade ou grupo de despesa, o INSS contou com o aumento de  
176 21%; pessoal, 19%; e, para outras despesas correntes, 52%, sendo significativa a  
177 composição da rubrica orçamentária para a Dataprev e para o funcionamento das  
178 unidades descentralizadas. Em relação à administração direta, houve um acréscimo  
179 de 64%, justificado pela recepção do orçamento da Secretaria da Receita  
180 Previdenciária. Quanto ao fundo do Regime Geral da Previdência Social, os benefícios  
181 destinados à área rural sofreram acréscimo de 18% e os benefícios previdenciários  
182 para a área urbana aumentaram em 13%, conforme números preparados pelo INSS  
183 com base nas projeções da SOF – Secretaria de Orçamento Federal. No comparativo  
184 entre a LOAS 2006 e a proposta orçamentária para 2007, relativo à administração  
185 direta por programa, houve o acréscimo de 32% na Previdência Social Básica, o que  
186 se justificaria basicamente em função do aumento do número de Conselheiros do  
187 CRPS – Conselho de Recursos da Previdência Social. Com relação à arrecadação da  
188 Receita Previdenciária, houve o aumento de 100%, uma vez que nada fora previsto na  
189 LOAS 2006 e, em 2007, o orçamento que estava concentrado no Ministério da  
190 Fazenda passará a figurar no Ministério da Previdência Social. A redução da qualidade  
191 dos serviços previdenciários e de previdência complementar ocorreu em função da  
192 diminuição dos investimentos, para privilegiar os custeios, e, em relação aos regimes  
193 próprios de previdência, houve um acréscimo que se deveu à ação de assistência  
194 técnica para a sua reforma. O Sr. Presidente lembrou que havia a previsão de  
195 operacionalização do Parsep II, visando o aprofundamento do relacionamento com  
196 Estados e Municípios. O Sr. Walter Emura continuou a sua apresentação, explicando  
197 que a proposta orçamentária foi dividida por unidades gestoras. Para o gabinete do  
198 Ministro da Previdência Social, houve um acréscimo muito pequeno; para a Secretaria  
199 Executiva, o acréscimo foi de 199%, devido à absorção do orçamento da APE e da  
200 AGR, que estavam vinculados ao INSS no Orçamento de 2006; para o Conselho de  
201 Recursos da Previdência Social, verificou-se o aumento de 38%, em função do  
202 aumento do número de Conselheiros; em relação à Ouvidoria, o aumento de 45%  
203 deveu-se à previsão de melhoria do atendimento. Nas Secretarias, houve uma  
204 redução drástica dos investimentos. Em relação à UCP – Unidade de Coordenação de  
205 Projetos, houve uma redução de 52%, dada a previsão de realização de todos os seus  
206 investimentos ainda este ano. E o aumento de 120% na administração direta para o  
207 pessoal ativo se deveu à recepção do pessoal da Secretaria da Receita  
208 Previdenciária. Em relação ao INSS, o aumento justificava-se devido à realização de  
209 concursos e à reestruturação. Segundo o Sr. Walter Emura, este ano, houve uma  
210 dificuldade muito grande na gestão das unidades descentralizadas e no pagamento da  
211 Dataprev devido à dotação orçamentária, o que vem sendo resolvido por meio de  
212 créditos extraordinários que são concedidos por medida provisória, mas trata-se de  
213 montante da ordem de R\$400 milhões, problema que seria atenuado ao deixar essa  
214 dotação muito próxima do necessário para 2007. O Sr. Presidente ressaltou o esforço  
215 que o Sr. Walter Emura vinha envidando para corrigir problemas que ocorreram na  
216 previsão orçamentária para este ano, porque foram subestimadas as necessidades do  
217 INSS para a sua operação normal, bem como da Dataprev, que também sofreu uma  
218 forte insuficiência de recursos, o que gerou problemas que foram contornados este  
219 ano mediante a utilização de parte da disponibilidade orçamentária do Ministério da

220 Previdência Social e negociação com o Ministério do Planejamento, que foi exitosa  
221 graças à excelente relação que tanto S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Previdência Social quanto o  
222 Sr. Walter Emura teriam com os colegas daquele Ministério do qual seriam oriundos. O  
223 Sr. Walter Emura lembrou que, além da defasagem de R\$400 milhões nas duas  
224 rubricas, boa parte do primeiro semestre se passou sem que houvesse a aprovação  
225 da Lei Orçamentária, quando o Ministério recebera apenas o duodécimo durante  
226 quatro ou cinco meses, o que teria abalado, segundo o SPOA, qualquer possibilidade  
227 de gestão financeira e orçamentária. Daquilo que a SOF apresentou ao Ministério da  
228 Previdência Social como limite orçamentário, foram classificados alguns programas e  
229 ações considerados relevantes, tais como: Dataprev, benefícios ao servidor,  
230 funcionamento das unidades descentralizadas do INSS, PMA – Programa de Melhoria  
231 do Atendimento, Censo Previdenciário, Correios e PGA – Programa de Gestão do  
232 Atendimento, além das demais despesas. O INSS e a Dataprev foram tratados com  
233 prioridade mediante reavaliação de todas as ações, inclusive da administração direta,  
234 para obter limites e dotações orçamentárias junto à área econômica, visando o  
235 funcionamento dessas unidades. No gráfico comparativo entre os valores destinados à  
236 administração direta em 2006 e a proposta orçamentária para 2007, observou o Sr.  
237 Walter Emura, ao finalizar a sua apresentação, que as despesas relativas ao custeio  
238 aumentaram significativamente, enquanto se verificou a redução dos investimentos.  
239 Em relação a estes últimos, além do limite concedido pela SOF, havia a expectativa de  
240 realização dos investimentos ainda este ano, tanto no INSS quanto na administração  
241 direta, por parte da Unidade de Coordenação de Projetos, o que justificaria essa  
242 possibilidade de redução. O Sr. Conselheiro Jorge Higashino observou que não  
243 enxergara, na apresentação, nada a respeito dos custos e despesas com a  
244 arrecadação previdenciária, lembrando que os bancos faziam todo o trabalho de  
245 arrecadação das contribuições da Previdência Social. Acrescentou que também não  
246 teria visto nada a respeito de despesas bancárias para o pagamento de mais de 24  
247 milhões de benefícios, incluído o pagamento da LOAS. O Sr. Walter Emura informou,  
248 em relação à arrecadação da receita previdenciária, que, enquanto na LOA 2006 a  
249 previsão foi igual a zero, na coluna referente à proposta orçamentária para 2007 foram  
250 previstos R\$156 milhões, correspondendo a uma variação de 100 pontos percentuais.  
251 Quanto ao pagamento aos bancos, tal previsão orçamentária se encontraria no  
252 Ministério da Fazenda, e não no Ministério da Previdência Social. O Sr. Conselheiro  
253 Rodrigo Antunes de Carvalho, representante do Ministério do Planejamento,  
254 Orçamento e Gestão, esclareceu que as despesas com remuneração bancária foram  
255 consolidadas no Ministério da Fazenda, numa unidade chamada “Encargos  
256 Financeiros da União”, e que a despesa bancária relativa ao recadastramento se  
257 encontrava dentro daquela rubrica, já no INSS. O Sr. Conselheiro Jorge Higashino  
258 perguntou se seria possível conhecer a parte da remuneração bancária que constou  
259 do orçamento do Ministério da Fazenda, e o Sr. Conselheiro Rodrigo Antunes se  
260 comprometeu a enviar-lhe os valores ainda no dia de hoje, pois não dispunha  
261 daqueles dados no momento. O Sr. Conselheiro Evandro Morello perguntou se seria  
262 possível a recepção por parte do Conselho de um documento mais sucinto, com  
263 informações precisas e mais detalhadas a respeito de temas considerados importantes  
264 pelos Srs. Conselheiros, como, por exemplo, a despesa com pessoal, mencionando se  
265 fora incluída a possibilidade de reajuste salarial ou a previsão de contratação de novos  
266 servidores. Ressaltou o Conselheiro que recebera muitas reclamações em relação à  
267 demanda por compra de material por parte das agências do INSS, assinalando que as  
268 agências e gerências executivas alegavam que não dispunham de recursos para  
269 comprar tinta de impressão nem papel, o que comprometia o seu pleno desempenho.  
270 O Sr. Walter Emura informou que, em relação a pessoal, as contratações para o ano  
271 que vem, assim como reajustes e reestruturação de carreira não constavam do  
272 orçamento do Ministério da Previdência Social, e sim do orçamento do Ministério do  
273 Planejamento, mais especificamente na Secretaria de Recursos Humanos daquele  
274 órgão. O Ministério da Previdência Social dispunha apenas da previsão de despesas

275 em função das contratações e reestruturações já realizadas. Quanto à dificuldade  
276 relativa às compras e ao funcionamento das unidades descentralizadas da Previdência  
277 Social, as despesas para a aquisição de material de expediente foram incluídas na  
278 rubrica que o Ministério pretendia recompor para o próximo ano, mediante o acréscimo  
279 de 50% que serão incorporados ao orçamento. A Sr<sup>a</sup> Conselheira Josepha Theotônia  
280 indagou se os Conselheiros receberiam o material relativo à proposta orçamentária  
281 apresentada, tendo em vista que, apesar da exposição da pré-proposta orçamentária  
282 para 2007 e do compromisso de enviar aquele material para o CNPS na reunião  
283 passada, o Conselho não o recebera. Acrescentou que houve um pedido de  
284 aprovação da pré-proposta por parte do CNPS, mas que se recusara a aprovar algo  
285 que não lhe fora encaminhado com antecedência para ser previamente estudado na  
286 sua entidade, lembrando que o Presidente da reunião anterior se comprometera a  
287 enviar aos Conselheiros a peça orçamentária pronta, o que também não ocorreu. E  
288 perguntou se esta proposta orçamentária para 2007 seria definitiva. O Sr. Walter  
289 Emura respondeu que ela fora encaminhada para a SOF. A Sr<sup>a</sup> Conselheira Josepha  
290 Theotônia questionou a alegação das autoridades de que não poderiam conceder  
291 reajustes não previstos no orçamento e indagou se haveria uma forma de consultar o  
292 orçamento para saber como funcionava essa questão. O Sr. Walter Emura se  
293 comprometeu a encaminhar pessoalmente o material relativo à sua apresentação. O  
294 Sr. Conselheiro Rodrigo Antunes de Carvalho propôs a elaboração de material  
295 explicativo a respeito do orçamento, como foi solicitado pelo Conselheiro Evandro  
296 Morello, e o Sr. Walter Emura sugeriu a inclusão das questões mencionadas, tais  
297 como o funcionamento da peça orçamentária em termos de remuneração bancária,  
298 explicando por que essa despesa não constava da previsão do Ministério da  
299 Previdência Social, bem como as despesas com pessoal e reajuste, e como localizar  
300 os valores correspondentes na peça orçamentária. O Sr. Conselheiro Rodrigo Antunes  
301 de Carvalho informou que para todos os números constantes do orçamento havia uma  
302 memória de cálculo e que na próxima reunião poderia fazer uma apresentação a esse  
303 respeito. A Sr<sup>a</sup> Conselheira Lúcia Regina Reis lembrou que em outras ocasiões houve  
304 a apresentação de uma série de projetos que o Ministério e o INSS haviam  
305 desenvolvido, e enfrentavam o obstáculo da falta de previsão orçamentária para serem  
306 realizados. E perguntou se a atual peça orçamentária contemplava as expectativas do  
307 Ministério da Previdência Social nesse sentido. Acrescentou que havia também uma  
308 expectativa em torno da carreira e da valorização dos salários dos servidores da  
309 Previdência Social, os quais vinham sendo debatidos em processo de negociação cujo  
310 maior obstáculo era a definição orçamentária. Externou a sua frustração, pois  
311 esperava que tais informações fossem prestadas nesta reunião. Exaltou a iniciativa de  
312 se fazê-lo na próxima reunião do Conselho e criticou a falta de informações aos  
313 Conselheiros para debater os assuntos que julgavam relevantes, pois, além da  
314 necessidade de compreender melhor o que significava a proposta, os pontos  
315 orçamentários que o Governo pretendia encaminhar com a participação de outros  
316 Ministérios também deveriam ser apresentados, permitindo a análise do conjunto das  
317 rubricas e da sua importância para o pleno funcionamento do Ministério da Previdência  
318 Social. O Sr. Walter Emura informou que as prioridades do Ministério seriam atendidas  
319 pelo orçamento, que não foi elaborado apenas pelo SPOA, mas também contou com a  
320 participação da Dataprev, do INSS, do próprio Ministério e da SOF. Acrescentou que  
321 assuntos como o combate às fraudes, que estava alocado no INSS e contava com  
322 orçamento insuficiente, fora alocado na administração direta, a fim de corrigir algumas  
323 distorções do orçamento, e que os investimentos relativos às três instituições estavam  
324 bem coordenados. Explicou que se esperava fazer todos os investimentos  
325 necessários, em termos de impacto tecnológico, equipamentos e grandes aquisições,  
326 ainda este ano e que o custeio estava garantido. Portanto, o orçamento estava  
327 aderente às demandas do Ministério da Previdência Social, privilegiando o  
328 funcionamento das unidades descentralizadas e da Dataprev. Quanto ao orçamento  
329 de pessoal, reiterou que caberia ao Ministério prever o pagamento daquilo que já fora

330 contratado e reestruturado, mas as futuras contratações dependiam do Ministério do  
331 Planejamento e de uma dotação específica da Secretaria de Recursos Humanos, com  
332 a qual seria possível articular para dar conhecimento ao Conselho dos números que  
333 foram projetados. O Sr. Conselheiro Rodrigo Antunes de Carvalho acrescentou que a  
334 Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento era responsável pela  
335 área de pessoal de toda a União, portanto o número ali apresentado se referia a todas  
336 as carreiras. Então, seria necessário destacar aquilo que dizia respeito ao INSS. A Sr<sup>a</sup>  
337 Conselheira Lúcia Regina Reis complementou a sua argumentação, dizendo que, se o  
338 processo negocial com os servidores se tornasse absolutamente fora de contexto em  
339 relação à previsão orçamentária, seria prejudicado o próprio funcionamento da  
340 Previdência Social. O Sr. Conselheiro Guilherme Delgado chamou a atenção para os  
341 números orçamentários referentes às projeções de despesa e receita com benefícios,  
342 cerne da discussão que se encontrava na mídia, na qual, segundo o Conselheiro, se  
343 promovia uma guerra ideológica contra a Previdência Social. Para tanto, o Conselho  
344 precisaria conhecer algumas informações básicas e analíticas sobre três aspectos  
345 orçamentários: primeiro, a variação da despesa com benefícios e os seus parâmetros  
346 explicativos; a variação da arrecadação da contribuição de empregados e  
347 empregadores; e, ainda em relação à receita, o que provinha propriamente da  
348 contribuição anual, o que se originava da cobrança da dívida ativa, a fim de avaliar a  
349 eficiência da arrecadação, e o que decorria do aumento da inadimplência, uma das  
350 fontes da sua evasão. Informou ao Conselho que fizera uma conta grosseira para  
351 saber por que a despesa variou e apurou que a variação de R\$154 bilhões para  
352 R\$176 bilhões, correspondente a 14% nominais e 10% reais, explicava-se  
353 fundamentalmente pelo incremento real de seis pontos percentuais do salário mínimo  
354 e de 4% do estoque de benefícios, além do volume de precatórios. Se a variação da  
355 receita tivesse magnitude suficiente para compensar a variação da despesa ou se  
356 ocorresse na mesma proporção, haveria argumentos para se afirmar que não existia  
357 uma situação fiscal explosiva, como alegavam alguns, e ajudariam a dimensionar a  
358 necessidade de financiamento da despesa previdenciária no orçamento da Seguridade  
359 Social mediante argumentação mais consistente. Com o crescimento do PIB, seria  
360 possível contar com recursos suficientes da contribuição de empregados e  
361 empregadores, além das contribuições sociais, para manter estável a necessidade de  
362 financiamento da Previdência Social em torno de dois pontos percentuais, mas seria  
363 necessário dispor de elementos para fazer essa afirmação com segurança. Tais  
364 informações diziam respeito, segundo o Conselheiro, a um ponto que representava  
365 mais de 90% do orçamento, o qual será objeto da discussão sobre a reforma da  
366 Previdência Social. O Sr. Conselheiro Rodolfo Tavares perguntou ao Sr. Presidente se  
367 o Conselho deveria decidir, no dia de hoje, a respeito da proposta orçamentária para  
368 2007. O Sr. Presidente informou que o CNPS, por determinação legal, deveria  
369 examinar a proposta orçamentária da Previdência Social antes do seu  
370 encaminhamento ao Congresso Nacional. Explicou que, na reunião anterior, realizada  
371 no final do mês de julho, ainda não havia os parâmetros necessários para a análise da  
372 proposta consolidada, porque o Ministério do Planejamento forneceu os limites ao  
373 longo do mês de agosto. Depois desta apresentação dos dados já consolidados na  
374 previsão orçamentária que seria encaminhada, o Conselho deveria emitir formalmente  
375 a sua opinião a respeito do orçamento do Ministério da Previdência Social para o  
376 próximo ano. O Sr. Conselheiro Rodolfo Tavares ponderou a respeito do esforço que  
377 as entidades da sociedade civil organizada envidavam para participar dos órgãos de  
378 deliberação e consulta do Governo, o que implicava custos para tais organizações,  
379 além do sentimento de dever, como cidadão, de contribuir com o país por meio dessa  
380 participação. E manifestou, em seguida, a sua irresignação devido à proposta de  
381 exame de assunto de tal magnitude sem que fosse apresentada para os Conselheiros  
382 nem sequer uma folha de papel, mas apenas alguns números rapidamente, no quadro.  
383 O Conselheiro externou o seu sentimento de orgulho por atuar como político sindical e  
384 afirmou que não aceitava o tratamento que estava recebendo, pois aquele era, na sua



385 opinião, um retrato da arbitrariedade e do autoritarismo. Pregava-se a participação  
386 democrática da sociedade, mas submetia-se o Conselheiro ao constrangimento de  
387 deliberar ou ser consultado a respeito de uma peça sobre a qual ele nem sequer  
388 possuía uma folha de papel. Segundo o Conselheiro, tratava-se de um acinte contra  
389 as pessoas que dedicavam a sua vida ao exercício da política sindical. O Sr. Rodrigo  
390 Coutinho comentou a dificuldade vivida pela Dataprev no primeiro semestre deste ano,  
391 quando contou apenas com o repasse do duodécimo para quitar a sua folha de  
392 pagamento, e externou o seu agradecimento à equipe do SPOA, à Diretoria de  
393 Orçamento e Finanças do INSS, ao Ministério do Planejamento e ao Ministério da  
394 Fazenda pela sensibilização em relação ao ocorrido e a imediata reparação prevista  
395 para 2007. O Sr. Conselheiro Evandro Morello referendou os argumentos  
396 apresentados pelo Conselheiro Guilherme Delgado, aduzindo que, se se analisassem  
397 somente os gastos da Previdência Social, estes corresponderiam a 7,8% do PIB,  
398 enquanto o cruzamento com as receitas permitiria concluir que o seu custo equivalia a  
399 2%, daí a importância do conhecimento daqueles elementos da proposta  
400 orçamentária. Acrescentou que havia a necessidade de se modificar a metodologia  
401 para se discutir a respeito de orçamento, uma vez que a maioria dos membros do  
402 CNPS não tinha conhecimento de técnica orçamentária. Seria necessário que o  
403 Conselho dispusesse de instrumentos que propiciassem a sua análise e debate sobre  
404 o tema. Ponderou a respeito da premência com que o trabalho de consolidação dos  
405 números do orçamento era desempenhado pelos técnicos, diante de prazos curtos e  
406 da pressão que eles sofriam, e sugeriu que o Conselho dispusesse de pelo menos  
407 uma reunião anterior ao fechamento daqueles números para opinar a respeito da  
408 matéria. Enfatizou que tudo que constava do orçamento de outros Ministérios e se  
409 vinculava à Previdência Social deveria ser apresentado para informar ao Conselho e  
410 que, se esse procedimento fosse adotado, as próximas reuniões sobre o assunto  
411 seriam mais profícuas. A Sr<sup>a</sup> Conselheira Josepha Theotônia endossou as palavras  
412 dos Conselheiros que a precederam e lamentou que assunto tão importante fosse  
413 discutido de forma tão precária no CNPS. Acrescentou que tal matéria deveria  
414 merecer um seminário com duração de dois dias para que os técnicos orientassem os  
415 Conselheiros, pois não pretendia ouvir, no ano que vem, o Presidente da República  
416 dizer que não poderia conceder aumento porque não estava previsto no orçamento,  
417 porque a sua impressão era a de que alguém o fizera deliberadamente. O Sr.  
418 Presidente explicou que para conceder aumento seria necessário retirar aqueles  
419 recursos de outro lugar. Solicitou que o Conselho considerasse que o aumento  
420 concedido em um ano gerava impacto definitivo sobre os anos posteriores, portanto  
421 não se tratava de analisar somente a relevância da previsão orçamentária de uma  
422 determinada peça anual, mas também da projeção de longo prazo, em termos de  
423 equilíbrio do sistema previdenciário. Ponderou a respeito da necessidade de se  
424 estabelecer uma forma de discussão da peça orçamentária por parte do Conselho e  
425 asseverou que aquele problema não ocorria somente no CNPS, o que seria de  
426 conhecimento do Conselheiro Rodolfo Tavares, que participava do Codefat, onde  
427 havia as mesmas dificuldades para se discutir a questão orçamentária. E sugeriu que  
428 se adotasse alguma deliberação sobre o modo de realização da discussão  
429 orçamentária no próximo ano, para diminuir o desconforto pelo qual os Conselheiros  
430 estariam passando. O Sr. Walter Emura sugeriu ao Sr. Presidente que na próxima  
431 reunião, ou em data considerada conveniente, se fizesse a apresentação do  
432 funcionamento do orçamento em relação a pessoal, remuneração bancária e projeção  
433 de receitas e despesas de benefícios, explicando-se como eram calculadas aquelas  
434 projeções, o que caberia à SOF e à SPS. Concordou com o que foi dito pelos  
435 Conselheiros, no sentido da falta de conhecimento para apreciar a peça orçamentária  
436 que fora apresentada rapidamente, e propôs que, na aprovação do cronograma de  
437 reuniões do CNPS, as reuniões do mês de agosto, fossem transferidas para o início ou  
438 para a primeira quinzena do mês. Desse modo, assim que o Ministério tivesse uma  
439 proposta elaborada, submeteria ao Conselho antes de encaminhá-la à Secretaria de

440 Orçamento Federal. O Sr. Benedito Brunca manifestou a sua concordância com a  
441 proposta do Sr. Walter Emura e ponderou a respeito da importância de o INSS  
442 também apresentar ao Conselho a forma de elaboração da sua proposta  
443 orçamentária, explicitando a sua visão acerca da viabilidade do funcionamento da sua  
444 estrutura com os recursos de que dispunha, material que seria enviado aos  
445 Conselheiros com alguma antecedência, para garantir a proficiência da reunião em  
446 termos de discussões e esclarecimentos. O Sr. Conselheiro Luiz Antonio Adriano  
447 sugeriu que se apresentasse na próxima reunião a comparação entre o que foi  
448 proposto para a peça orçamentária e o que foi definitivamente deliberado. O Sr.  
449 Presidente ponderou a respeito da necessidade de se promover a capacitação do  
450 Conselho para entender a peça orçamentária. O Sr. Conselheiro Jorge Higashino  
451 sugeriu que se realizasse uma reunião extraordinária do CNPS somente para discutir  
452 este assunto, depois de uma apresentação detalhada, mostrando a origem daqueles  
453 recursos e como seriam calculados os seus reajustes, uma vez que não se sentia em  
454 condições de aprovar ou recomendar a aprovação da peça orçamentária sem ter  
455 conhecimento profundo do assunto. O Sr. Presidente explicou que não haveria prazo  
456 para tanto, devido ao cronograma imposto pela própria legislação, uma vez que o  
457 orçamento deveria ser encaminhado ao Congresso Nacional até o final de agosto, que  
458 seria amanhã, com alguma manifestação por parte do Conselho. A partir do próximo  
459 mês, seriam repassadas as informações do Ministério do Planejamento e do INSS,  
460 assim como poderia ser apresentada a metodologia de projeção de resultados  
461 utilizada pela Secretaria de Políticas da Previdência Social, formada por um conjunto  
462 de planilhas que produzia os resultados que se alteravam à medida que a projeção era  
463 analisada mês a mês. Citou como exemplo a projeção para o ano que vem, no sentido  
464 de que haverá uma receita corrente de R\$126,3 bilhões e uma recuperação de crédito  
465 de R\$8,6 bilhões, totalizando a arrecadação de R\$134,9 bilhões, enquanto a despesa  
466 com benefícios previdenciários será de R\$176,7 bilhões, somada ao pagamento de  
467 precatórios, no valor de R\$5 bilhões, totalizando R\$181,7 bilhões. A Sr<sup>a</sup> Conselheira  
468 Lúcia Regina Reis ponderou que, independentemente do encaminhamento da  
469 proposta orçamentária para o Congresso Nacional, onde ela terá que tramitar e ser  
470 votada, haveria disposição de sua parte no sentido de se deslocar para o Poder  
471 Legislativo a fim de fazer pressão para garantir o aporte de recursos para essa ou  
472 aquela rubrica. E sugeriu que se programasse a realização de um debate sobre o  
473 orçamento do Ministério da Previdência Social, para preparar os Conselheiros para  
474 interferir no debate da proposta na sua próxima etapa de tramitação. O Sr.  
475 Conselheiro Benedito Brunca ponderou que se o Conselho não aprovasse a proposta  
476 orçamentária não haveria como fazer um encaminhamento formal ao Governo dos  
477 resultados da discussão que se pretendia realizar. E o Sr. Presidente acrescentou que  
478 era necessário o respaldo do CNPS em relação ao que fora feito até agora,  
479 independentemente de se continuar a discutir o assunto em outras etapas do processo  
480 orçamentário. O Sr. Evandro Morello ressaltou que, independentemente de referendar  
481 o que fora apresentado ao Conselho, seria necessário elencar os pontos a serem  
482 discutidos na próxima reunião, referentes ao orçamento. O Sr. Walter Emura alegou  
483 que anotara os pontos mencionados pelos Srs. Conselheiros e sugeriu que se  
484 realizasse uma reunião conjunta entre CNPS, SPOA, INSS, SOF e SPS, quando se  
485 faria uma apresentação única, durante um dia, para discutir o assunto, no início do  
486 mês de agosto do próximo ano, uma vez que os referenciais monetários da SOF, que  
487 servem como parâmetro para o Ministério elaborar a sua proposta, foram informados  
488 no dia 26 de julho deste ano, e o prazo do SPOA para entregar a proposta  
489 orçamentária pronta venceu no dia 15 de agosto. O Sr. Presidente propôs a  
490 prorrogação do prazo da reunião do final do mês de julho por dez dias. A Sr<sup>a</sup>  
491 Conselheira Paula Magalhães sugeriu que se elaborasse um texto básico sobre o  
492 assunto, e o Sr. Presidente perguntou ao Conselheiro Rodrigo Antunes de Carvalho se  
493 poderia preparar uma apresentação sobre o assunto para a próxima reunião do  
494 Conselho. O Sr. Walter Emura sugeriu que o Conselheiro Rodrigo Antunes começasse

495 a sua apresentação discorrendo a respeito da revisão do PPA, onde se iniciaria o  
496 debate das questões qualitativas, ações e prioridades. Em seguida, o Sr. Presidente  
497 submeteu à votação do Conselho a proposta orçamentária para 2007, que foi  
498 aprovada, com o voto contrário da Conselheira Josepha Theotônia e as abstenções  
499 dos Conselheiros Rodolfo Tavares e Jorge Higashino. A Sr<sup>a</sup> Conselheira Lúcia Regina  
500 Reis enfatizou a necessidade de se agendar o debate da questão orçamentária, que  
501 não poderia ser distribuído mensalmente ao longo das reuniões do CNPS, uma vez  
502 que comprometeria as ações que se poderiam realizar durante as próximas etapas da  
503 sua tramitação. O Sr. Presidente informou que, no mês de setembro, a data da reunião  
504 do CNPS poderia ser antecipada ou a sua duração poderia ser de um dia inteiro, para  
505 tratar de assuntos orçamentários. Solicitou à Sr<sup>a</sup> Júnia Costa que elaborasse uma  
506 proposta nesse sentido e a enviasse posteriormente à Presidência do Conselho para a  
507 sua apreciação. Agradeceu ao Sr. Walter Emura a sua participação, bem como à sua  
508 equipe, e à administração do INSS e da Dataprev que esteve presente à reunião. Em  
509 seguida, concedeu a palavra ao Sr. Renato Oliva, representante da ABBC –  
510 Associação Brasileira de Bancos, para apresentar a sua pesquisa sobre as  
511 características dos usuários do crédito consignado.

512

513

## 514 2 – Questões do Crédito Consignado

515

516 O Sr. Renato Oliva agradeceu a oportunidade de apresentar a pesquisa da ABBC,  
517 cujo trabalho foi composto de dois cadernos que os Conselheiros receberam: o  
518 primeiro contendo a pesquisa propriamente dita e o segundo, a interpretação da  
519 pesquisa realizada pelo Ibope, da qual participaram dez bancos que forneceram a sua  
520 base de dados e representaram um pouco mais da metade do universo do crédito  
521 consignado. A pesquisa foi realizada em seis capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo  
522 Horizonte, Brasília, Salvador e Porto Alegre. E o primeiro ponto que chamou a atenção  
523 foi a predominância da mulher entre os tomadores de empréstimo consignado. A  
524 média de idade dos mutuários sofreu pouca alteração desde a última pesquisa,  
525 realizada em 2005, passando de 59 para 60 anos. Quanto à escolaridade, verificou-se  
526 um aumento em relação à pesquisa anterior, assim como no nível de renda pessoal  
527 média do mutuário, que passou de R\$1.006,10, em 2005, para R\$1.088,20 este ano,  
528 entendida a renda pessoal como o benefício mais as outras rendas de que dispunha o  
529 aposentado. A renda familiar também subiu, de R\$1.439,61, em 2005, para  
530 R\$1.685,40 em 2006, abrangendo os outros integrantes da família do beneficiário do  
531 INSS que moravam com ele e compunham a renda daquela família. E houve uma  
532 elevação da classe social dos tomadores do empréstimo consignado, reduzindo-se o  
533 número de pessoas pertencentes às classes D e E, o que permitiu a conclusão de que  
534 os primeiros usuários do crédito consignado foram formados principalmente por  
535 aposentados de menor poder aquisitivo e que, um ano depois, outros aposentados  
536 aderiram a essa modalidade de crédito. Em termos de valor, observou-se que a  
537 maioria dos aposentados, 56%, não comprometia todo o seu limite disponível,  
538 tomando emprestado apenas aquilo de que necessitavam. Em 2005, o aposentado  
539 tomou emprestados, em média, R\$1.763,60; em 2006, o valor médio do empréstimo  
540 chegou a R\$2.938,90. Quando indagados sobre por que escolheram o empréstimo  
541 consignado, na primeira pesquisa, 55% responderam que seria basicamente devido às  
542 taxas oferecidas; nesta pesquisa, a segurança do desconto em folha apareceu como a  
543 resposta mais expressiva. Verificou-se ainda que o aposentado considerava vantagem  
544 o desconto do pagamento do empréstimo, para evitar a inadimplência e o  
545 deslocamento até o banco, possibilitando melhor controle das suas contas. Diante da  
546 pergunta sobre se o que tomaram emprestado foi suficiente para pagar o que  
547 precisavam, 53% responderam que o empréstimo se destinou somente para o que  
548 precisavam; 32% utilizaram todo o recurso disponível, mas não foi o suficiente para  
549 pagar o que precisavam; e 15% responderam que o empréstimo serviu para pagar o

550 que precisavam e mais alguma outra coisa. Com relação à dificuldade do aposentado  
551 para pagar o empréstimo, 24% consideraram difícil ou muito difícil; 49% consideraram  
552 fácil ou muito fácil; e 55% declararam que houve uma melhoria na sua vida financeira.  
553 Quanto ao processo de decisão do aposentado para contratar o empréstimo, foram  
554 feitas cinco perguntas, sendo que as três primeiras visavam entender o seu raciocínio,  
555 avaliando a sua percepção quanto à menor prestação, ao maior valor de empréstimo e  
556 ao prazo mais curto, o que significava juros menores, e, nas demais, se o aposentado  
557 escolheu simplesmente o limite máximo, relativo à maior parcela e ao maior valor, se  
558 não analisou esses aspectos ou se não se lembrava. E verificou-se que 90% dos  
559 aposentados adotaram algum raciocínio para decidir quanto ao empréstimo  
560 consignado e à escolha do banco que oferecia essa modalidade de crédito. As  
561 perguntas a respeito do nível de endividamento do aposentado foram preparatórias  
562 para outra pesquisa que a ABBC pretende realizar, para entender um pouco mais esse  
563 aspecto. Ao indagar quanto o aposentado e sua família pagavam em prestações por  
564 dívidas antes de contratar o empréstimo consignado e agora, inclusive com as  
565 prestações do empréstimo, a fim de analisar o comprometimento da renda familiar,  
566 verificou-se que, em média, as dívidas correspondiam a R\$443,00 antes do  
567 empréstimo consignado, o que, depois da consignação, somava R\$489,00. Perguntou-  
568 se ainda quais eram as dívidas que o aposentado possuía, a fim de comparar as  
569 dívidas anteriores e as posteriores à contratação do empréstimo. Observou-se que se  
570 reduziu a dívida com relação a cartão de crédito, cheque especial e financiamento de  
571 carro e houve uma substituição do crédito pessoal tradicional, que apresentaria taxas  
572 superiores, pelo crédito pessoal consignado. Indagou-se também se alguma daquelas  
573 dívidas estava em atraso, ao que 12% responderam que sim. Ao detalhar as suas  
574 dívidas, 54% declararam estava em atraso o pagamento do cartão de crédito; 30%,  
575 crédito pessoal; 14%, cheque especial; 8%, financiamento de carro; e 8%,  
576 financiamento de imóvel. Verificou-se ainda que uma parte dos recursos obtidos com o  
577 empréstimo consignado se destinava ao pagamento de dívidas da casa em atraso, tais  
578 como contas de luz, de água ou de condomínio. Por fim, perguntaram ao aposentado  
579 se ele estava satisfeito com esta modalidade de empréstimo e apuraram que 80% se  
580 sentiam satisfeitos, por questões vinculadas à praticidade e facilidade, sendo que a  
581 principal vantagem seria o socorro na hora de necessidade. Em relação à praticidade,  
582 foi enfatizada a eliminação da burocracia e a dispensa de sair de casa para efetuar o  
583 seu pagamento. Constatou-se ainda que 78% dos aposentados fariam o mesmo  
584 empréstimo; 81% tenderiam a recomendá-lo; e 91% preferiam o desconto em folha a  
585 outra modalidade de pagamento. Ao aventar a possibilidade de se fazer empréstimo  
586 com as mesmas taxas e desconto em folha ou normal, 91% preferiram o desconto em  
587 folha, para dispensar a preocupação com o vencimento e não correr o risco de gastar  
588 o dinheiro das parcelas em outras coisas, para evitar o atraso e não contar com o valor  
589 das parcelas enquanto estavam pagando o empréstimo, para não correr o risco de se  
590 tornarem inadimplentes e pela sua praticidade. Em relação aos prazos, a média para o  
591 pagamento dos empréstimos seria de 28 meses, sendo que 90% dos aposentados  
592 tomaram a iniciativa de procurar o banco, dos quais 21% pesquisaram vários bancos  
593 que ofereciam o empréstimo consignado antes de fazer a sua opção. Com referência à  
594 clareza das informações, tanto no momento da procura pelo empréstimo quanto em  
595 relação à compreensão das suas condições, o índice de retenção de informações  
596 apurado pela pesquisa foi de 0,98%, considerado excelente, o que significava que o  
597 aposentado teria uma compreensão clara e objetiva das condições do empréstimo e  
598 das informações prestadas antes da sua contratação. A dívida total do aposentado,  
599 apurada no valor de R\$489,00, em relação à sua renda familiar, equivaleria em média  
600 a 29% e o empréstimo fora utilizado basicamente para quitar dívidas classificadas nas  
601 seguintes categorias: 45% empréstimos e financiamentos; 38% custos de moradia,  
602 dos quais 36% quitaram contas atrasadas da sua casa; e 36% investimentos e gastos.  
603 Apurou-se também que 82% dos empréstimos serviram para proporcionar ao  
604 aposentado alguma melhoria da qualidade da sua vida financeira ou algum uso

605 considerado economicamente saudável. A compra de eletrodomésticos foi  
606 considerada importante para a melhoria da qualidade de vida do aposentado, porque,  
607 para quem ganha pouco, o eletrodoméstico faria alguma diferença, mas foram  
608 desconsiderados pelo Ibope os itens “ajudar a família” e “outros”. Agradecendo a  
609 atenção do Conselho, o Sr. Renato Oliva finalizou a sua apresentação. O Sr.  
610 Presidente comentou que aquela pesquisa fora publicada nos jornais e, assim que  
611 tomou conhecimento da sua divulgação, conversou por telefone com o Sr. Renato  
612 Oliva, que se dispôs a comparecer ao Conselho para apresentá-la. Manifestou a sua  
613 curiosidade em saber, por exemplo, se aumentou ou não o nível de endividamento dos  
614 aposentados em função do crédito consignado e se este serviu para substituir formas  
615 de crédito mais caras ou até mesmo informais. Externou a sua impressão, a julgar  
616 pelas informações fornecidas pela pesquisa, de que o aposentado estaria mais  
617 consciente e racional em relação ao crédito consignado do que muitos imaginavam. E  
618 ofereceu às demais entidades que dispusessem de dados e posicionamentos em  
619 relação ao assunto a oportunidade de apresentá-los ao Conselho. O Sr. Conselheiro  
620 Evandro Morello perguntou ao Sr. Renato Oliva se o problema dos 24% de  
621 entrevistados que consideravam muito difícil pagar o empréstimo tinha alguma relação  
622 com o seu nível de renda e qual era o prazo de empréstimo solicitado por aqueles que  
623 recebiam o valor do salário mínimo da Previdência Social. O Sr. Renato Oliva  
624 respondeu que num quadro específico o Ibope analisou a renda pessoal do  
625 aposentado, e não a renda do benefício, portanto a pesquisa fora extratificada por  
626 faixas de renda, e não com base no salário mínimo. E se verificou que o aposentado  
627 que ganha menos tende a solicitar o prazo mais longo para o pagamento do  
628 empréstimo, sendo que, à medida que aumentava a faixa de renda, aqueles prazos  
629 diminuam. Observou-se, em relação ao aposentado que ganha menos, que o valor do  
630 empréstimo em relação ao limite disponível correspondeu a 76%. E, quanto menor a  
631 renda, maior se tornaria a percepção da dificuldade do pagamento, porque a pessoa  
632 se aproximaria mais do seu limite total de comprometimento. Esclareceu que não fora  
633 informado a respeito da contratação por faixa de renda, mas se comprometeu a  
634 verificar se o Ibope poderia fazer uma tabulação específica para atender àquele  
635 raciocínio. O Sr. Conselheiro Luiz Antonio Adriano parabenizou a ABBC pela pesquisa  
636 e apresentou dois problemas relacionados ao crédito consignado e ao repasse das  
637 informações do INSS para os agentes financeiros. Informou que as pessoas  
638 interessadas em contratar o crédito consignado em São Paulo se viam obrigadas a  
639 esperar mais de uma semana para o INSS repassar as informações aos agentes  
640 financeiros e se ofereceu para encaminhar um demonstrativo do que estava dizendo.  
641 Acrescentou que, apesar da decisão de que as taxas de juros não fossem  
642 diferenciadas na mesma região, foi reconhecido o direito das associações e entidades  
643 de representação de firmar convênios com os bancos, para oferecer aquele benefício  
644 aos seus associados. Houve a aproximação com um agente financeiro de São Paulo  
645 por intermédio do qual tivera conhecimento de que seria possível lidar com um  
646 patamar menor de juros do que o teto imposto pelo CNPS, porque o custo de  
647 acessibilidade ao beneficiário seria menor. Daí o interesse do Conselheiro em discutir  
648 com o grupo de trabalho do crédito consignado a possibilidade de as entidades  
649 firmarem convênio com os agentes financeiros para baratear as taxas de juros e  
650 melhorar o serviço. O Sr. Conselheiro Ricardo Patah acrescentou que as entidades  
651 não conseguiram fechar acordo com aquele agente financeiro porque o setor que  
652 cuidava do assunto não teria aprovado, mediante a emissão de documento formal.  
653 Expressou a sua indignação, porque as entidades estavam lutando pelo crescimento  
654 da economia e para que o aposentado tivesse condições melhores de vida. Solicitou  
655 esclarecimentos sobre se realmente havia alguma legislação que impedisse aquela  
656 forma de contratação com juros menores. O Sr. Renato Oliva informou que havia uma  
657 regra na instrução normativa, segundo a qual não poderia haver diferenciação de  
658 taxas pelo mesmo prazo, dentro de uma mesma região. Aduziu que as formas de  
659 originação do empréstimo consignado ocorriam quando o aposentado se dirigia a uma

660 agência do banco e quando o aposentado era procurado por um correspondente  
661 bancário. Como a procura por parte do correspondente bancário seria a forma mais  
662 cara, porque o aposentado poderia se encontrar em qualquer lugar, se fossem  
663 estabelecidas, para o mesmo prazo, duas situações de originação diferentes, com  
664 custos diferentes, sem a possibilidade de aplicação de uma taxa diferenciada, a  
665 tendência seria a aplicação da taxa mais cara para uniformizar as duas modalidades  
666 de originação. Se houvesse um convênio com entidade sindical ou associação de  
667 comércio, a originação do empréstimo seria muito barata, o que permitiria a oferta de  
668 uma taxa mais baixa para este caso. Entretanto seria necessário prever a  
669 possibilidade de diferenciação de taxas por região e por prazo. O Sr. Conselheiro  
670 Benedito Brunca ponderou que não havia parâmetros de período máximo nem de teto  
671 no momento da criação do crédito consignado. E havia o risco de se criar uma  
672 discriminação, de tal modo que a pessoa que morasse no Acre pagaria uma taxa  
673 muito maior do que a de São Paulo, uma vez que determinadas praças seriam  
674 favorecidas, como no caso das capitais, onde haveria maiores facilidades. Manifestou  
675 a sua expectativa de que o Conselho refletisse sobre o assunto e avaliasse as suas  
676 possíveis conseqüências, porque poderia haver alguma diferenciação para  
677 compatibilizar os custos que atualmente seriam solidarizados em nível nacional.  
678 Apesar de concordar em parte com a manifestação do Conselheiro Benedito Brunca,  
679 Sr. Conselheiro Ricardo Patah argumentou que as organizações da sociedade civil  
680 deveriam também se capacitar para promover esse tipo de negociação em outras  
681 localidades e que a fixação de um teto para a aplicação das taxas de juros ao  
682 empréstimo consignado não poderia impedir a diminuição ainda maior dessas taxas.  
683 Portanto, se alguma entidade sindical ou associação obtivesse alguma otimização  
684 nessa área, tal situação não poderia ser inviabilizada. Ratificou o Sr. Conselheiro que  
685 cuidados deveriam ser adotados e solicitou a reflexão do Conselho a respeito de  
686 casos específicos em que esta situação poderia ser aprovada. O Sr. Presidente  
687 informou que tal questão seria apresentada para o grupo técnico, porque seria preciso  
688 estudá-la melhor para que as regras evoluíssem. O Sr. Conselheiro Jorge Higashino  
689 informou ao Conselho que os bancos estavam elaborando um Código de Ética  
690 específico para o crédito consignado do INSS e sempre defenderam a maior  
691 participação das instituições financeiras para ditar a taxa de juros a ser aplicada, mas  
692 não concordava com qualquer discriminação ou privilégio a determinados grupos ou  
693 setores, pois acreditava que em qualquer parte do país todos deveriam ter o mesmo  
694 direito, estivessem organizados ou não. O Sr. Conselheiro Ricardo Patah rebateu tais  
695 palavras sob o argumento de que o Conselheiro Jorge Higashino estava defendendo a  
696 formação de um cartel. O Sr. Presidente solicitou que o assunto fosse avaliado no  
697 grupo de trabalho, que poderia, posteriormente, apresentar uma proposta para o  
698 Plenário. O Conselheiro Benedito Brunca solicitou esclarecimentos ao Conselheiro  
699 Luiz Antonio Adriano, a respeito da primeira parte da sua intervenção. O Sr.  
700 Conselheiro Luiz Antonio Adriano argumentou que os bancos tratavam os seus  
701 clientes conforme o tamanho da sua conta-corrente e o seu poder de barganha e que  
702 não se podia impedir que a sociedade organizada incrementasse o seu poder de  
703 negociação. Com relação às informações solicitadas pelo Conselheiro Benedito  
704 Brunca, esclareceu que os dados do tomador do empréstimo eram encaminhados ao  
705 INSS pela instituição financeira e este remetia de volta as informações a respeito da  
706 consignação de margem, bem como o aval para a liberação do valor contratado no  
707 empréstimo, mas tal autorização estava demorando até cinco dias para ser recebida,  
708 conforme documentação da Caixa Econômica Federal entregue a um dos associados  
709 da sua entidade. O Sr. Conselheiro Benedito Brunca explicou que o prazo seria menor  
710 e igual para todas as instituições, porque o processamento do INSS seria diário.  
711 Comprometeu-se a conversar com a Caixa Econômica Federal para saber o que  
712 estava acontecendo, porque não era aquele o procedimento padrão, e a prestar  
713 esclarecimentos ao sindicato depois da apuração daquela ocorrência. O Sr.  
714 Conselheiro Evandro Morello propôs que se fizesse uma análise jurídica da situação

715 em comento, porque considerava que o indivíduo sem a mesma representatividade  
716 que um associado de uma entidade que negociasse juros menores poderia exigir do  
717 banco a mesma taxa de juros. O Sr. Benedito Brunca informou ao Conselho que  
718 participara, há cerca de 40 dias, de uma reunião convocada pelo Ministério Público e o  
719 Procon, ambos do Estado de São Paulo, a respeito do crédito consignado, na qual  
720 também esteve presente o Conselheiro Jorge Higashino, a ABBC, o INSS, a Ouvidoria  
721 do INSS, representantes de sindicatos e da Cobap, para debater o crédito consignado.  
722 Há pouco mais de 20 dias, o Conselheiro recebeu documento com proposições a  
723 respeito da matéria e algumas sugestões de modificação de legislação que remetera  
724 para a Secretaria de Previdência Social, por entender que havia necessidade de que  
725 as propostas recebidas fossem debatidas no grupo de trabalho, que externaria um  
726 posicionamento para o Ministério Público e o Procon do Estado de São Paulo.  
727 Segundo o Conselheiro, no dia em que recebeu o documento, insistiu que havia um  
728 desconhecimento quanto ao funcionamento do sistema e foi marcada uma reunião  
729 para o dia 18 de setembro, em São Paulo, cujo conteúdo seria elaborado pelo INSS, a  
730 ser realizada com o Procon, o Ministério Público Estadual, o INSS e a Procuradoria do  
731 INSS. Informou o Conselheiro que houve queixas a respeito da ausência dos bancos  
732 nesse debate, que visava solucionar o percentual de irregularidades, fraudes e  
733 relacionamentos atinentes ao crédito consignado e à contratação de empréstimos  
734 dessa modalidade, quanto à assinatura ou não dos contratos. O INSS, segundo o  
735 Conselheiro, pretendia chegar a um entendimento e evitar a tomada de posições por  
736 parte de órgãos frágeis em termos de condições de trabalho que desempenharam a  
737 mesma tarefa, uma vez que se tratava das mesmas reclamações tratadas tanto pelo  
738 INSS quanto pelo Ministério Público. Esclareceu que a Febraban e a ABBC não  
739 seriam convidadas, mas convocadas pelo INSS para comparecer a essa reunião. E as  
740 demais entidades seriam convidadas para participar. O Sr. Renato Oliva agradeceu o  
741 convite e assegurou que a sua associação estaria presente a essa reunião, uma vez  
742 que as instituições financeiras, segundo o convidado, estavam abertas para melhorar  
743 o processo. E teceu comentários a respeito da manifestação do Conselheiro Evandro  
744 Morello, relativa à diferenciação das taxas de juros, citando o exemplo da venda de  
745 carros, cujo custo de entrega seria menor para quem morasse em São Bernardo do  
746 que para alguém que aguardasse aquela entrega em Alagoas. O Sr. Presidente  
747 agradeceu a apresentação do Sr. Renato Oliva e a contribuição que a pesquisa  
748 encomendada pela ABBC dera aos estudos da Previdência Social a respeito do  
749 crédito consignado.

750

751

## 752 **VI – OUTROS ASSUNTOS**

753

754 O Sr. Presidente informou ao Conselho que a Previdência Social divulgou para a  
755 imprensa, na quinta-feira passada, os números referentes aos acidentes de trabalho  
756 ocorridos em 2005. Registrou-se o aumento de 5,59 pontos percentuais, na  
757 comparação entre os anos de 2004, quando se formalizou a ocorrência de 465.700  
758 acidentes do trabalho, e 2005, com 491.711. Esse aumento ocorreu em relação a  
759 acidentes do trabalho típicos, isto é, no local de trabalho, sejam no trajeto, abrangendo  
760 o deslocamento entre a residência do trabalhador e o local de trabalho, tanto na ida  
761 quanto na volta, seja em relação às doenças do trabalho, para as quais também  
762 estaria prevista a Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT. Apesar de ainda ser  
763 considerado alto o número de acidentes do trabalho, ressaltou o Sr. Presidente que o  
764 número de vínculos formais em relação aos quais esses acidentes foram comunicados  
765 sofreu um leve decréscimo, tendo em vista que de 2004 para 2005 se verificou o  
766 aumento da formalização do mercado de trabalho de 24,8 milhões de trabalhadores  
767 para 26,5 milhões. Esclareceu que o dado relativo a acidentes do trabalho liquidados  
768 seria um pouco diferente das informações sobre acidentes do trabalho registrados,  
769 que corresponderiam ao número de CATs relativas a determinado ano-calendário,

770 uma vez que acidentes do trabalho registrados correspondiam aos benefícios  
771 processados. A notícia positiva, segundo o Sr. Presidente, seria a queda do número  
772 de óbitos, de 2.839 para 2.708, em face do aumento do número de vínculos formais, o  
773 que corresponderia à diminuição proporcional de 10%, além do aumento dos casos de  
774 acidentes que teriam como conseqüência a assistência médica e a incapacidade  
775 durante menos de quinze dias, como um indício da melhora de cobertura estatística,  
776 talvez em conseqüência da formalização do mercado de trabalho, pois se tratava de  
777 acidentes para os quais não havia concessão de benefício previdenciário, portanto o  
778 estímulo para a emissão da CAT tenderia a ser menor. Esse estímulo estatístico  
779 também proporcionava o conhecimento da efetiva dimensão dos acidentes do trabalho  
780 no Brasil, os quais têm sido subnotificados ou subdeclarados ao longo de décadas.  
781 Observou-se também que os acidentes típicos, ou nos locais de trabalho, seriam mais  
782 freqüentes entre as faixas de idade mais jovens, ao passo que as doenças do trabalho  
783 demorariam algum tempo para se manifestar. Analisando os acidentes do trabalho por  
784 unidades da federação, verificou-se que em São Paulo e Minas Gerais ocorria o maior  
785 número de acidentes em registros absolutos, porque estes Estados seriam os dois  
786 maiores mercados formais do Brasil, principalmente na área da indústria, onde  
787 ocorreria o maior número de acidentes. Ressalvou o Sr. Presidente que não houve  
788 tempo para fazer a vinculação com o número de trabalhadores formais, mas esse  
789 cálculo será elaborado nos próximos dias, para avaliar o coeficiente de incidência.  
790 Analisando os dados por setor da atividade econômica, verificou-se que na indústria  
791 alguns segmentos exibiam maior proporção de acidentes, mas o setor de serviços  
792 estaria muito próximo dos números da indústria, talvez por ser detentor de um número  
793 de vínculos muito grande. E, possivelmente, neste setor haveria um sub-registro maior  
794 do que na indústria, que tendia a ser mais formalizada. Havia ainda um segmento  
795 ignorado, correspondente a sete mil casos, que provavelmente faria parte do  
796 segmento de serviços. Seriam contribuintes individuais ou pequenas empresas que  
797 não declararam corretamente o setor a que pertenciam. Registrou ainda o Sr.  
798 Presidente que um terço, aproximadamente 33,3%, dos acidentes atingiam o punho ou  
799 a mão do trabalhador, portanto se tratava de equipamentos obsoletos ou de processos  
800 de trabalho que expunham o trabalhador ao acidente ou à doença. Tais acidentes ou  
801 doenças poderiam ser prevenidos, segundo o Sr. Presidente, com o maior  
802 investimento na substituição de máquinas obsoletas e em avaliações ergonômicas do  
803 trabalhador ao longo do processo de trabalho. Mencionou uma proposta que estaria  
804 em circulação há algum tempo, sobre a possibilidade de se fortalecer uma linha de  
805 crédito do BNDES para tirar de circulação máquinas obsoletas causadoras de  
806 acidentes, citando como exemplo as máquinas desfibradoras de sisal e alguns tipos de  
807 prensas. E em algumas máquinas seria possível ainda adicionar elementos de  
808 segurança. Porém o custo arcado pelo empregador, principalmente por aquele que  
809 não formalizava os seus trabalhadores, para adicionar tecnologia de segurança às  
810 máquinas antigas fazia com que elas continuassem em operação. Comprometeu-se o  
811 Sr. Presidente a enviar por e-mail essas informações aos Srs. Conselheiros,  
812 acentuando que medidas como o Nexo Técnico Epidemiológico e o Fator Acidentário  
813 poderiam representar um estímulo para a maior prevenção de acidentes do trabalho.  
814 O Sr. Conselheiro Jorge Higashino perguntou se seria possível classificar a área de  
815 serviços por setores, para que se identificasse o número de acidentes de cada um  
816 deles. O Sr. Presidente respondeu que dispunha de dados detalhados por setor de  
817 atividade e por CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, cujas  
818 tabelas poderiam ser enviadas para todos os Conselheiros. O Sr. Conselheiro Rodolfo  
819 Tavares reiterou a solicitação do Conselheiro Jorge Higashino, por julgá-la muito  
820 importante para o seu setor, a agricultura, e perguntou ao Presidente por que S. S<sup>a</sup> se  
821 referira apenas ao esforço dos trabalhadores e do Governo para a redução dos  
822 acidentes do trabalho. O Sr. Presidente esclareceu que havia um equívoco por parte  
823 do Sr. Conselheiro, pois houve, sim, o esforço dos três setores nesse sentido. E  
824 lembrou que muitas parcerias importantes foram estabelecidas com as próprias



825 confederações, citando como exemplo a Confederação Nacional da Indústria, que  
826 atuaria, por meio do Sesi, como correspondente da Organização Mundial da Saúde na  
827 prevenção de doenças do trabalho. O Sr. Conselheiro Rodolfo Tavares externou a  
828 angústia que afligia o setor agrícola, o qual, segundo o Conselheiro, contava com  
829 pouco apoio do Ministério do Trabalho para o desenvolvimento de ações de educação  
830 sobre saúde, segurança e higiene. Informou que o seu setor vinha envidando esforços  
831 nesse sentido, por meio de programas implantados na maioria dos Estados do Brasil,  
832 conhecidos como “Fazenda Legal” em alguns e “Casa em Ordem” em outros. E  
833 acrescentou que no Rio de Janeiro, este ano, apenas no setor de cana-de-açúcar,  
834 foram treinados mais de três mil trabalhadores. Informou que o setor rural adotara a  
835 Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária,  
836 Silvicultura, Exploração Florestal e Aqüicultura - NR nº 31, que previu a obrigação do  
837 empregador de dotar os seus equipamentos, principalmente máquinas, implementos e  
838 ergonomia, de dispositivos de segurança que não foram incorporados pelo fabricante.  
839 Explicou que a frota agrícola nacional contava com mais de vinte anos e a imposição  
840 ao empregador no sentido de corrigir a ausência de um determinado equipamento de  
841 segurança poderia levar a um mal maior, que seria a falsa impressão de segurança,  
842 daí a incoerência, uma vez que tal obrigação era imposta ao empregador, e não ao  
843 fabricante do equipamento. O Sr. Presidente concordou com o Conselheiro Rodolfo  
844 Tavares e acrescentou a necessidade de se adotar uma ação que não poderia contar  
845 apenas com a participação do Ministério da Previdência Social. Como em todas as  
846 ações a respeito de saúde e segurança do trabalhador, tal norma regulamentadora  
847 precisaria contar com a participação do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e  
848 Ministério da Agricultura, além do Ministério da Previdência Social, para verificar os  
849 instrumentos por meio dos quais poderia ser forçada a melhor implementação daquela  
850 previsão legal, até mesmo com a possibilidade de aumento da hierarquia da norma  
851 regulamentadora para algo que tivesse maior visibilidade, o que poderia reforçar a  
852 importância estratégica de uma área considerada tão sensível. O Sr. Conselheiro  
853 Leonardo Paixão observou que o coeficiente mais expressivo em relação ao número  
854 de acidentes proporcionalmente ao número de trabalhadores se verificava no setor de  
855 extrativismo mineral, responsável por grande parte das exportações do país, e  
856 considerou recomendável pensar em algo direcionado a esse segmento. Indagou se à  
857 tabela apresentada seria possível acrescentar o número de acidentes que causavam a  
858 incapacidade por mais de quinze dias e até mesmo a incapacidade permanente, para  
859 demonstrar que esse setor detinha um peso importante em termos de acidente do  
860 trabalho, bem como os acidentes de maior gravidade. O Sr. Presidente informou que  
861 haveria condições de se desdobrarem os dados apresentados por empresa e por  
862 trabalhador. Explicou que apresentara apenas os dados consolidados e condensados,  
863 mas seria possível detalhá-los para orientar a atividade de formulação de políticas. Em  
864 seguida, pediu licença aos Conselheiros para entregar certificados de agradecimento  
865 para o Conselheiro Rodolfo Tavares e para a Conselheira Lúcia Regina Reis, que  
866 completavam o seu segundo mandato no Conselho Nacional de Previdência Social,  
867 com a possibilidade de recondução, por terem participado de modo intenso das  
868 atividades do Conselho, muito além do que exigiria a própria obrigação como tais,  
869 destacando-se como Conselheiros que marcaram com dedicação e empenho as suas  
870 atividades. Externou a sua expectativa de continuar contando com a participação de  
871 ambos no debate das questões previdenciárias junto ao Ministério da Previdência  
872 Social. A Sr<sup>a</sup> Conselheira Josepha Theotônia perguntou qual seria a pauta da próxima  
873 reunião. O Sr. Presidente informou que a pauta da próxima reunião será o processo  
874 orçamentário, quando o Ministério do Planejamento, o INSS e a Secretaria de  
875 Previdência Social deverão apresentar os seus modelos de projeção. A Sr<sup>a</sup>  
876 Conselheira Josepha Theotônia lembrou que S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Previdência  
877 Social havia aventado, na reunião passada, a possibilidade de se realizar um estudo  
878 sobre a situação da Previdência e da Seguridade Social e perguntou quando tal  
879 assunto seria apreciado pelo Conselho. O Sr. Presidente informou que conversaria

880 com S. Ex<sup>a</sup> a respeito do assunto e que anteciparia a data das duas próximas reuniões  
881 do CNPS para abordar tais assuntos nos próximos trinta dias.

882

883

884 **VII – ENCERRAMENTO**

885 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a todos pela presença e  
886 declarou encerrada a 124<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência  
887 Social. Para constar, eu, Júnia Costa, lavrei a presente Ata. Brasília, 30 de agosto de  
888 2006.